

STF encerra, finalmente, julgamento da revisão da vida

A decisão será comunicada aos tribunais e às varas de primeira instância

Da Redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou definitivamente o julgamento da chamada revisão da vida toda com a publicação, nesta quinta-feira (9), do trânsito em julgado da ação. A partir dessa etapa, não cabem mais recursos, encerrando a discussão judicial sobre o direito de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de recalcular seus benefícios com a inclusão de contribuições feitas antes de julho de 1994.

Ao longo dos últimos anos, milhares de aposentados recorreram à Justiça para tentar obter a revisão, que buscava incluir no cálculo da aposentadoria os salários de contribuição pagos antes da implantação do Plano Real, quando as contribuições eram registradas em outras moedas. Em muitos casos, essa mudança poderia resultar em um benefício maior, especialmente para segurados que

recebiam salários elevados antes de 1994.

Com a publicação do trânsito em julgado, o processo é oficialmente encerrado no STF. A decisão será comunicada aos tribunais e às varas de primeira instância de todo o país, que deverão aplicar o entendimento da Corte. Os processos que estavam suspensos voltarão a tramitar apenas para cumprimento da decisão, sendo posteriormente arquivados.

Em junho, durante julgamento no plenário virtual, o Supremo rejeitou, por sete votos a três, um recurso apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), que buscava reverter a decisão contrária à revisão ou, ao menos, garantir o direito para parte dos aposentados.

Na ocasião, o relator do caso, ministro Kassio Nunes Marques, afirmou que o tema já havia sido amplamente debatido pela Corte. Ele citou o julgamento do Tema 1.102, realizado em 15 de maio,



Processos que estavam suspensos voltarão a tramitar apenas para cumprimento da decisão

quando outro recurso também foi rejeitado, e determinou o encerramento definitivo da ação. O próprio Tema 1.102, considerado o processo principal sobre a revisão da vida toda, já havia transitado em julgado em maio, consolidando a posição contrária aos aposentados.

Na fase final do julgamento, os ministros também analisaram pedidos relacionados à situação dos segurados que já haviam ingressado com ações judiciais e à possibilidade de devolução de valores eventualmente recebidos.

O QUE É A REVISÃO DA VIDA TODA?

A revisão da vida toda surgiu a partir das mudanças promovidas pela reforma da Previdência de 1999, duran-

te o governo Fernando Henrique Cardoso, que alterou a forma de cálculo das aposentadorias do INSS.

Pelas regras de transição criadas na época, os segurados filiados ao INSS até 26 de novembro de 1999 passaram a ter a média salarial calculada com base nos 80% maiores salários de contribuição realizados a partir de julho de 1994, desconsiderando as contribuições anteriores ao Plano Real.

Já os trabalhadores que começaram a contribuir para o INSS a partir de 27 de novembro de 1999 e preencheram os requisitos para se aposentar até 12 de novembro de 2019 tiveram o benefício calculado sobre os 80% maiores salários de toda a vida contributiva, sem a li-

mitação imposta pela data de julho de 1994.

A tese da revisão da vida toda defendia que os segurados antigos também pudessem optar pelo cálculo mais vantajoso, incluindo todas as contribuições realizadas ao longo da vida profissional. Na prática, a revisão beneficiaria principalmente quem recebia remunerações mais altas antes da implantação do Plano Real.

Com a reforma da Previdência de 2019, o cálculo das aposentadorias voltou a ser alterado. Para quem passou a cumprir os requisitos para se aposentar a partir de 13 de novembro daquele ano, a média salarial passou a considerar todas as contribuições realizadas desde julho de 1994, sem a regra dos 80% maiores salários.

Usina solar em Niterói gera energia para 19 creches

Da Redação

No alto do Morro do Boa Vista, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, um imenso espaço de vegetação rasteira ostenta agora uma coleção de painéis solares. Além de mudar a paisagem, a usina de geração de energia renovável instalada na encosta verde virou sinônimo de R\$ 5 milhões em economia para o cofre da cidade.

No último fim de semana, a prefeitura de Niterói inaugurou a usina, que ocupa uma área de 36 mil metros quadrados (m²), o equivalente a cerca de cinco campos de futebol.

Mais de 2 mil módulos fotovoltaicos foram instalados no espaço, vizinho a uma comunidade de quase 1,8 mil

moradores, segundo do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O projeto-piloto consumiu R\$ 7 milhões em investimentos, ou seja, em dois anos, a economia com conta de luz será suficiente para pagar o valor gasto, segundo a prefeitura.

A expectativa é que a usina solar no alto da comunidade produza cerca de 150 mil quilowatts-hora (kWh) de energia por mês. Esse volume será destinado ao abastecimento de equipamentos públicos do município. Essa energia é suficiente para abastecer 19 creches, de acordo com os responsáveis pelo projeto.

Além da questão energética, o projeto-piloto levou para a comunidade Boa Vista in-



LEONARDO SIMPLÍCIO/DIVULGAÇÃO

Projeto-piloto permite economia de R\$ 5 milhões por ano

tervenções de infraestrutura, como recuperação da vegetação, sistemas de drenagem e captação de água da chuva.

Com capacidade aproximada de 30 mil litros, o sistema

de reaproveitamento pluvial poderá ser utilizado na limpeza das placas fotovoltaicas, em apoio a possíveis combates a incêndios, além de prevenir erosão nas encostas.

Dependendo da avaliação do projeto-piloto, a iniciativa pode ser levada para outras comunidades da cidade.

Para o professor Lino Marujo, chefe do Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o projeto tem potencial se servir como modelo e benchmarking (comparação com iniciativas de referência) para outras cidades.

“Essa iniciativa combina no mesmo projeto geração de energia renovável, captação de recursos hídricos e redução de riscos de deslizamentos”, avalia.

O professor aponta que além dos benefícios ambientais, há também potencial ganho socioeconômico.